

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME I

LV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

RENASCIMENTO URBANO E ORIGEM DA UNIVERSIDADE MEDIEVAL (*).

ALDO JANOTTI

do Departamento de História da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universi-
dade de São Paulo.

Uma das tendências mais características da historiografia que sempre, e talvez ainda mais no e, tanto prejuízo tem trazido à compreensão histórica, é aquela que encontramos na preocupação de erigir, ou talvez melhor eleger, certos “fatores determinantes” da História, de preferência tomados isoladamente ou preponderantemente, com se apenas um deles reunisse torça suficiente para explicá-la. Conforme o clima histórico que estamos vivendo, assiste-se à mudança de tais fatores determinantes: ora o político, ora o social, ora o econômico. Libertando-se de tão anti-histórica preocupação, e numa clara advertência de que é antes de mais nada na interação dos chamados “fatores determinantes” que devemos achar o melhor método histórico, o nascimento da Universidade medieval se constitui num dos exemplos mais significativos

“da solidiedade que, na história da Europa ocidental, ligou a evolução da cultura intelectual e da vida do espírito às transformações da vida social, comandadas elas mesmas pela subversão do regime econômico” (1).

E a condição responsável pela solidariedade entre o social e o intelectual, que propiciou o nascimento da Universidade, foi o Renascimento urbano do século XII.

O Renascimento urbano, pelas várias transformações que projeto na história européia, pode ser encarado como um acontecimento

(*) . — Comunicação apresentada na 2ª sessão de estudos, Equipe A, no dia 3 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

(1) . — Paré, Brunet, Tremblay, *La Renaissance du XIIIe siècle. Les écoles et l'enseignement*, Ottawa, Publications de l'Institut d'Études Médiévales d'Ottawa, 1933, p. 18.

eminentemente revolucionário. Na opinião de Pirenne, não houve, até fins do século XVII, revolução social tão profunda (2). De tal maneira modifica-se a Europa nos seus fundamentos sociais, econômicos, políticos, religiosos e culturais que, não só assistimos ao aparecimento de uma nova Europa — a Europa que cada vez mais se urbaniza — como também e por consequência, vislumbramos já o crepúsculo da Idade Média e a aurora dos tempos modernos.

A Europa até o século XII, na multiplicidade de todos os seus característicos, apresentava uma contextura histórica comum: era um mundo agrário, rural. Todavia, no decorrer daquele mesmo século esse mundo rural é sacudido por uma revolução. Renascem as cidades. Com o renascimento do comércio, que se inicia a partir do instante em que a Cristandade toma atitude de franca ofensiva contra o mundo islâmico e que alcança resultados decisivos com as Cruzadas, dá-se o gradativo e cada vez mais intenso renascimento da vida urbana. Já na primeira metade do século XII vê-se a potência urbana chegar à maturidade (3). Cidades renascem, cidades nascem, surgem os burgueses, aparece a indústria, a verdadeira indústria, especializa-se o trabalho, ativa-se a circulação da moeda. Surge um novo mundo, mundo da economia monetária, da cidade enfim. Contrapõe-se ele ao antigo mundo, da economia agrária, do feudalismo. Este, na contraposição com aquele, irá cada vez mais se modificar e se descaracterizar.

Tudo cede ao poder de transformação da cidade e da economia urbana. O campo conhece uma revolução (4), que pode ser assim configurada: desagregação do regime dominial, pois o senhor feudal, representante da até então dominante economia agrária e quase sem mercados, não conseguiu adaptar-se completamente, apesar de fazer tentativas, à nova economia caracteristicamente de mercado e que tanta perturbação trouxe à medida em que se intensificavam as relações campo-cidade; aumento da população do campo, visto que as cidades trouxeram aos camponeses novos meios de existência; aumento da área agrícola da Europa: agora a terra é encarada como um valor e não mais como simples meio de subsistência, oferecendo ao homem perspectiva de lucro que o levam a não apenas se preocupar com o aumento da produção, que encontra mercado na cidade, como também e até — acontecimento importantíssimo — a se interessar pela exploração das terras incultas, dando

(2). — Pirenne, *Histoire de l'Europe des invasions au XVIe siècle*, Bruxelles, Nouvelle Société d' Editions, 1946, 6ª. ed., p. 179.

(3). — Halphen, *L'Essor de l'Europe (XIe-XIIIe siècles)*, Paris, Presses Universitaires de France, 1948, 3ª. ed., pp. 92-3.

(4). — *Idem, ibidem*, p. 94 e segs.

origem assim aos grandes desbravamentos que permitiram o desenvolvimento de uma civilização continental que, tendo como base a extensa planície do Norte, foi o grande fator a habilitar a Europa para a conquista do mundo nos tempos modernos (5); melhoria das técnicas agrícolas, a fim de tirar da terra o máximo da compensadora produção; e, finalmente, como que culminando a projeção da revolução urbana no campo, assiste-se à paulatina libertação dos camponeses, que vai se desligando dos laços que o prendiam ao senhor feudal, não sendo assim de estranhar que somente nas regiões distantes das grandes correntes de comércio, afastadas portanto da influência urbana, é que a servidão conservou a sua forma primitiva (6).

O Estado também se ressentia de grandes transformações com a cidade retomando o seu lugar na sociedade política. A administração do Estado, readquirindo o seu caráter urbano, abandonava o seu antigo e peculiar nomadismo e voltava a ser sedentária. Além disso, a administração também se laicizava, deixando de ser cada vez mais um monopólio da classe eclesiástica para ser, gradativamente, conquistada pelos elementos da burguesia. Por fim, a própria constituição do Estado se deixou alterar pela influência das cidades: na França estabeleceu-se uma aliança política entre a realeza e a burguesia (7) com o objetivo de combater as pretensões da alta feudalidade, contribuindo as cidades, decisivamente, para o estabelecimento da preponderância da realeza (8); na Inglaterra, contrariamente ao que ocorreu na França, as cidades se uniram à feudalidade contra a realeza, contribuindo para arrancar à Coroa, com a Magna Carta, as primeiras liberdades nacionais (9); na Itália e na Alemanha, após a decadência definitiva da autoridade imperial, muitas das cidades se transformaram em repúblicas independentes.

(5). — Mundy e Riesenberg, *The Medieval Town*, Princeton, D. Van Nostrand Company, Inc., 1958, pp. 31-2.

(6). — Pirenne, *op. cit.*, p. 175.

(7). — Petit-Dutaillis, *Les Communes Françaises. Caractères et évolution des origines au XVIII^e siècle*, Paris, Albin Michel, 1947, p. 111.

(8). — Referindo-se à vitória de Filipe Augusto em Bouvines, 1214, Pirenne diz que ela “estabeleceu definitivamente a preponderância da realeza no interior da França e fez irradiar seu prestígio sobre toda a Europa” e que ela “foi devida em grande parte aos contingentes militares das cidades” (*Les Villes et les Institutions urbaines*. Bruxelas, Nouvelle Société d'Éditions, 1939, I, p. 428).

(9). — Se estabelecermos um paralelo entre a evolução política da Inglaterra e da França, não só na Idade Média como também na Idade Moderna, verificamos que um país evoluiu de maneira totalmente oposta em relação ao outro. Na Inglaterra, o poder do Rei era forte, absoluto mesmo, e foi se enfraquecendo na medida em que o Parlamento se fortalecia. Na

Também sob o aspecto religioso foi poderosa a influência do Renascimento urbano. Origina-se um novo tipo de monaquismo, o das ordens mendicantes, que, pela primeira vez volta as costas ao campo e procura a cidade (10). O Cristianismo de São Francisco surge na cidade e

“é de caráter proletário urbano” (11),

e a ação das duas novas ordens, dos franciscanos e dos dominicanos, foi eminentemente urbana (12). Mas a cidade também ameaçava a Igreja. Ameaçava-a tanto na sua ortodoxia, mesmo porque, com o renascimento do comércio e das cidades deu-se também o renascimento das heresias — Valdo, por exemplo, era comerciante de Lyon —; como a ameaçava na sua situação de corporação privilegiada, combatendo os seus tribunais, suas isenções fiscais e o monopólio que ela exercia quer da instrução quer da administração do Estado. Dessa luta entre a Igreja e a cidade nasce pela primeira vez um verdadeiro

“espírito laico” (13),

espírito laico que se pode considerar a

“causa primeira e longínqua do Renascimento” (14).

E na cidade, por fim, surge a burguesia. É o novo e poderoso elemento social que emerge do Renascimento urbano. Suas origens em si pouco interessam no momento. O que interessa sim é o papel que ela desempenhou no novo mundo que soube criar e con-

França, contrariamente, o poder do Rei era fraco, impotente até, e foi se fortalecendo, na medida em que decaía a feudalidade, para tornar-se absolutista na Idade Moderna. A constatação dessa diferente evolução política é de importância excepcional para a compreensão da história dos dois países como também da própria Europa. Permite-nos perceber uma espécie de “adiantamento” na evolução política inglesa em relação à europeia e uma espécie de “atrazo” desta em relação àquela. Daí se compreende: porque, por exemplo, enquanto na Inglaterra já estava estabelecido o liberalismo, na Europa havia ainda a necessidade de se abater o absolutismo monárquico para instalá-lo. Impossível, dessa forma, deixar de observar que as cidades, com seu oposto comportamento na Idade Média, desempenharam papel decisivo na oposta evolução política dos dois países.

(10). — Lagarde, *La Naissance de l'Esprit laïque au déclin du Moyen Âge*, Paris, Presses Universitaires de France, 1942/8, I, p. 219.

(11). — A. Weber, *Historia de la Cultura*, México, Fondo de Cultura Económica, 1948, 2a. ed., p. 236.

(12). — Schnürer, *L'Eglise et la Civilisation au Moyen Âge*, Paris, Payot, 1933-5, II, p. 649.

(13). — Lagarde, *op. cit.*, I, p. 208.

(14). — Pi.enne, *Histoire de l'Europe*, p. 179.

quistar. Dedicando-se ao comércio, à indústria e à especulação monetária, a burguesia dá vida até então desconhecida à cidade. Por consequência, e naturalmente, tem interesse em governá-la, procurando assim se apossar do controle tanto da justiça quanto da administração da mesma. Mas essa pretensão burguesa, visando a emancipação urbana, foi tão revolucionária que ela mesmo chegou a perturbar a alma

“ eminentemente conservadora da Idade Média ” (15),

pois as necessidades e tendências da nova classe eram incompatíveis com a organização tradicional da Europa do Ocidente (16). Assim, do encontro desses homens novos com as autoridades da sociedade antiga nasce a oposição entre o direito dominial e o direito comercial, entre as trocas em natura e as trocas em moeda e ainda entre a servidão e a liberdade (17). Inicialmente houve resistência das autoridades feudais — laicas ou eclesiásticas —, o que ocasionou breves, mas sangrentas convulsões. Por fim, em parte obrigadas, em parte interessadas, cederam e a burguesia acabou se impondo, passando esta, juntamente com o clero e a nobreza, a constituir a trindade social que irá dirigir os destinos da Europa até os fins do Antigo Regime (18). Impondo-se e revolucionando o antigo mundo, a burguesia criou o seu próprio mundo, o das cidades: sistema financeiro, contabilidade, regulamentos comerciais e industriais, primeiros rudimentos de uma política de higiene, trabalhos públicos (mercados, canais, correios, muralhas urbanas, distribuição de água), escolas, tudo isso foi obra da burguesia (19), classe que atuava como um agente de progresso social e de civilização (20).

* * *

No entanto, as repercussões do Renascimento urbano não param aqui; continuam. Modificando, como modificaram a Europa no aspecto econômico, social, político, religioso, as cidades ainda proporcionaram grandes transformações no aspecto cultural.

(15). — Calmette, *La Société féodale*, Paris, Librairie Armand Colin, 1947, p. 99.

(16). — Pirenne, *Historia económica y social de la Edad Media*, México, Fondo de Cultura Económica, 1947, 4.ª ed., p. 56.

(17). — *Idem*, *Histoire de l'Europe*, p. 160-1.

(18). — *idem*, *ibidem*, p. 166.

(19). — *Idem*, *ibidem*, p. 164.

(20). — *Idem*, *ibidem*, p. 163.

Realmente. Caracterizando a rápida transformação que se operou nos espíritos (21), deu-se uma revolução. Uma revolução de tipo cultural e que é mais conhecida pelo nome de Renascimento intelectual do século XII. O século XII foi a época da mais brilhante atividade intelectual da Idade Média (22), pois

“nunca, sem dúvida, geração humana se achou tão subitamente de posse de um tal peso de ciência, de pensamento, de cultura” (23).

Foi a época, segundo Gilson, não apenas de maturação no Ocidente da cultura patrística latina como também a preparação de uma nova idade na história do pensamento cristão (24). Assiste-se ao começo de uma nova era na história da Europa ocidental (25). Surge, enfim, uma nova Europa (26), tão importantes foram as contribuições que o referido século registrou no campo da cultura: aguçamento do espírito de curiosidade, revigoramento da língua latina, renovação do interesse pela Antiguidade clássica, atração pelo grego e outras línguas, renascimento do direito romano e da ciência médica, interesse pelas ciências da natureza, sistematização da filosofia e da teologia, desenvolvimento das línguas e literaturas nacionais e... fundação das universidades (27).

Nas cidades é que vamos encontrar as condições que mais favoreceram essas transformações culturais, inclusive no seu aspecto que mais nos interessa, ou seja, o pedagógico. As cidades não foram apenas lugares de concentração para a troca internacional de mercadorias, mas também para as comunicações e a discussão de idéias (28). Favorecendo a ativa troca das idéias (29), ampliando consideravelmente o horizonte e o raio de ação do homem (30), elas foram responsáveis por um notável aumento da cultura, pois é no coração da nova sociedade, isto é, na vida “comunal” que se organiza sobre as ruínas da feudalidade, que se manifestam, com espírito de inde-

(21). — Halphen, *L'Essor de l'Europe*, p. 229.

(22). — Rashdall, *The Medieval Universities*, in *Cambridge Medieval History*, Cambridge, The University Press, 1936, VI, p. 559.

(23). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 169.

(24). — *La Filosofía en la Edad Media — Desde los orígenes patristicos hasta el fin del siglo XIV*, Madrid, Biblioteca Hispanica de Filosofia, 1958, I, pp. 419-20.

(25). — Paetow, *A guide to the study of medieval history*, Nova York, Mediaeval Academy of America, 1931, p. 221.

(26). — Nordström, *Moyen Âge et Renaissance*, Paris, Librairie Stock, 1933, p. 52.

(27). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, pp. 9-10.

pendência, a curiosidade do espírito e o gosto pela cultura (31). Além disso, nas cidades existia o burguês. Tratava-se de um elemento social novo que, em relação as outras classes dirigentes do Estado e da Igreja, isto é, a nobreza e o clero, aspirou possuir um valor próprio e uma cultura independente (32); que soube ver na educação um elemento poderoso para melhorar sua posição na vida (33); que criou as primeiras escolas laicas da Europa, depois do fim da Antiguidade (34); que se erigiu em classe instruída, a ponto de estar em condições quer de não aceitar o monopólio da instrução que o clero até então detinha sozinho, quer de suplanta-lo no controle da administração do Estado. Diante de tudo isso, não vemos porque não concordar com o medievalista sueco Nordström quando afirma que de todas as transformações dos fins do século XI e decorrer do século XII as mais importantes para o desenvolvimento ulterior da cultura européia foram o renascimento das cidades e a entrada em cena da burguesia (35).

Por ser a Universidade uma instituição eminentemente cultural, o seu nascimento está estreitamente vinculado às condições culturais da época em que ele se deu. Aliás, Gustave Cohen chega mesmo a atribuir a constituição das verdadeiras universidades à difusão da ciência greco-árabe e ao estudo do di éito romano (36). E Rashdall acredita que a nova instituição pedagógica, a Universidade, surgiu precisamente com o objetivo de guardar vivos os permanentes resultados do Renascimento intelectual do século XII (37). Houve, portanto, uma relação Universidade-Renascimento intelectual do século XII. Para que se possa compreender melhor a relação e, com ela, a origem das universidades medievais, é indispensável que se faça um inventário, embora rápido, da densidade cultural do Renascimento do século XII.

(28). — Nordström, *op. cit.*, p. 51.

(29). — Bréhier, *Histoire de la Philosophie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1947, I, fasc. 3, p. 634.

(30). — Bübler, *Vida y Cultura en la Edad Media*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, p. 210.

(31). — Pa'é, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 180.

(32). — Dilthey, *Historia de la Pedagogía*, Buenos Aires, Editorial Losada, S.A., 1957, p. 125.

(33). — *Idem*, *ibidem*, p. 126.

(34). — Pirenne, *Les Villes et les Institutions urbaines*, I, p. 430.

(35). — *Op. cit.*, p. 50-1.

(36). — Pirenne, Cohen, Focillon, *La Civilisation Occidentale au Moyen Âge du XIe au milieu du XVe siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1933, p. 255.

(37). — *Op. cit.*, p. 559.

No campo da literatura o século XII conheceu o renascimento da literatura em língua latina e o nascimento da literatura em língua vulgar. Foi a grande época, na Idade Média, da literatura latina: conhecia-se os mesmos autores latinos que hoje (38); Virgílio, Ovídio e Cícero eram os mais populares; o latim, veículo dessa literatura, se apresentava como meio de expressão, geralmente, muito puro (39); Hildeberto de Orléans, Adão de São Vitor e Gualtério de Châtillon foram os vultos mais representativos; e foi ela também a primeira e talvez a mais considerável condição do nascimento da literatura em língua vulgar (40), pois esta não jazia no fundo da alma popular, como erroneamente se acreditava, mas era, sim, obra de letrados (41). A literatura em língua vulgar, ou literatura nacional, se esboça tanto através do gênero épico (ciclo de Carlos Magno ou carolíngio, ciclo Arturiano, ciclo de Roma e Alexandre e ciclo Germânico), quanto do gênero lírico (formação da literatura provençal).

No campo da filosofia o século XII se apresenta como uma época de pensamento ardente e variado e de grande curiosidade espiritual (42). Quatro foram as principais direções do espírito nessa época: 1.a). — os *sentenciários*, teólogos, autores de sentenças, que acumularam e unificaram a tradição cristã; Anselmo de Laon, Guilherme de Champeaux, Roberto Pullus, Roberto de Melun, Pedro Lombardo foram os principais autores; 2.a). — os *chartrianos*: desenvolveram o platonismo e o aristotelismo; preocuparam-se acidentalmente com o cultivo do *trivium*, do *quadrivium*, das ciências filosóficas e médicas e com tratados de ciência árabe; os iniciadores dessa escola foram Constantino, o Africano e Adelardo de Bath,

“testemunhas preciosas das relações que começam a se estabelecer entre o Oriente e o Ocidente” (43),

destacando-se a seguir Bernardo de Chartres, Gilberto de la Porrée, Thierry de Chartres, Guilherme de Conches e João de Salisbury; 3.a). — os *vitorinos*: preocuparam-se, através de uma meditação quase inteiramente desprovida de reflexão crítica (44), com o misticismo monástico; e os principais vultos foram São Bernardo, um

(38). — Nordström, *op. cit.*, p. 59.

(39). — “a tal ponto que a crítica posterior experimentou, às vezes, algumas dificuldades para distinguir das verdadeiras obras clássicas as produções literárias dessa época.” (*Idem, ibidem*, p. 61).

(40). — *Idem, ibidem*, pp. 70-2.

(41). — Halphen, *L'Essor de l'Europe*, p. 109.

(42). — Bréhier, *op. cit.*, p. 568.

(43). — *Idem, ibidem*, p. 571.

(44). — *Idem, ibidem*, p. 579.

dos fundadores da mística medieval, e Hugo de São Vítor; 4.a). — os *heréticos*: classificavam-se em materialistas, dualistas e panteístas. Os materialistas acreditavam no desaparecimento do espírito humano no momento da morte e na impossibilidade da ressurreição (45); os dualistas, representados pelos valdenses e albigenses, defendiam um dualismo metafísico e moral (46); e os panteístas defendiam a doutrina da unidade de todo ser em Deus (47). Além dessas quatro principais direções do pensamento filosófico, havia os pensadores que poderíamos chamar de independentes, no sentido de que não estavam rigorosamente filiados a nenhuma delas. Abelardo, o professor de lógica da Idade Média (48), foi o mais significativo dos independentes. Como teólogo, recolheu Abelardo no seu mais importante livro *Sic et non* os testemunhos aparentemente contraditórios da Escritura e dos Padres da Igreja a respeito de um grande número de questões, defendendo o princípio de que as autoridades teológicas não deviam ser usadas arbitrariamente e visando, com a reunião das contradições aparentes, suscitar problemas e despertar nos espíritos o afã de resolve-los (49). Como filósofo, pretendendo que um problema exclusivamente lógico fosse discutido e resolvido por si mesmo, sem referência alguma à teologia, Abelardo contribuiu, poderosamente, para restabelecer a lógica como ciência autônoma, livre de todo pressuposto metafísico (50).

Mas é no campo da ciência que o Renascimento do século XII encontra os seus resultados mais decisivos. Até o século XII, a ciência antiga, exceptuando-se a magra substância de alguns manuais sumários, redigidos na época romana, não era conhecida do homem do Ocidente (51). A partir do século XII, porém, dá-se o renascimento da ciência grega e a ciência árabe começa a ser conhecida. A ciência antiga, embora desconhecida do Ocidente, continuava viva. Viviam no mundo bizantino, onde continuou-se a copiar e estudar os autores antigos, impedindo assim que se perdessem os textos originais, e sobretudo em Constantinopla, cidade que mais do que qualquer outra manteve melhor o contacto directo com o he-

(45). — De Wulf, *Histoire de la Philosophie médiévale*, Louvain, Institut Supérieur de Philosophie, 1934, I, p. 239.

(46). — *Idem, ibidem*, I, p. 239.

(47). — Bréhier, *op. cit.*, p. 601.

(48). — Vignaux, *La Pensée au Moyen Âge*, Paris, Librairie Armand Colin, 1948, 2a. ed., p. 43.

(49). — Gilson, *op. cit.*, I, p. 349.

(50). — *Idem, ibidem*, I, p. 359.

(51). — Nordström, *op. cit.*, p. 76.

nismo (52). Como vivia também no mundo árabe, especialmente naquelas regiões conquistadas ao Império Bizantino onde, ou do grego para o árabe ou do siríaco para o grego e deste para o árabe, foram traduzidos Euclides, Arquimedes, Ptolomeu, Hipócrates, Galeno, Aristóteles, Teofrasto, Alexandre de Afrodísia. Reagem os árabes, e logicamente antes dos cristãos do Ocidente, d'ante do influxo da ciência grega: não só mostrarem-se aptos em esclarecer os dados, discutir as consequências e aperfeiçoar os métodos da ciência grega com a qual entraram em contacto, como também realizaram progressos nas ciências experimentais (especialmente na medicina, da qual foram mestres), nas ciências exatas (completaram trabalhos de algebristas e matemáticos indus), na astronomia (destacaram-se nas observações, nos cálculos e nas medidas) e na trigonometria (aperfeiçoaram-na ainda mais, graças ao uso sistemático dos senos e das tangentes, cujo interesse talvez fosse desconhecido dos antigos) (53).

Do Império Bizantino e do Mundo Islâmico a ciência — chamemo-la agora de greco-árabe — é transmitida para o Ocidente. Quanto aos árabes, a transmissão se deu em quatro regiões distintas: Síria, África do Norte, Sicília e Espanha sobretudo. Quanto aos bizantinos, ela se deu ou no Sul da Itália e na Sicília ou, diretamente, em Constantinopla. Se nos preocupamos, embora muito rapidamente, com o que foi transmitido, fácil será observar que o conhecimento da ciência greco-árabe operou no Ocidente uma verdadeira revolução de tipo intelectual. Nas matemáticas assis'e-se à uma completa renovação: antes recorria-se ao concurso dos dedos e do ábaco para cálculos numéricos e, da geometria, conhecia-se apenas algumas das mais simples proposições de Euclides; nos inícios do século XII, porém, foram traduzidos vários livros desse famoso matemático grego, o que foi suficiente para que a geometria atingisse um progresso que somente seria ultrapassado nos tempos modernos; em 1145 surgiu uma versão da álgebra do árabe Al-Khwarizmi, propiciando assim a que a Europa cristã tivesse, pela primeira vez, noção desse ramo das matemáticas (54); quase que simultaneamente foi descoberta a aritmética, que os árabes tinham emprestado aos indus, e que era conhecida na Idade Média por algorítimo, ou seja, do nome do algebrista Al Khwarizmi; foram adotados os algarismos árabes e, por volta de 1200, surgiram as obras de Leonardo de Pisa.

(52). — Diehl e Marçais, *Le Monde Oriental de 395 à 1081*, Paris, Presses Universitaires de France, 1936, p. 512.

(53). — Halphen, *L'Essor de l'Europe*, pp. 101-2.

(54). — Nordström, *op. cit.*, p. 82.

Extraordinário progresso também da astronomia: antes de 1100 havia a incapacidade para se efetuar os menores cálculos; depois, passaram a ser estudados os manuais e as tábuas dos árabes; e com o *Almagesto* de Ptolomeu, traduzido do grego e do árabe, conheceu-se a obra capital da astronomia antiga e que dominaria a ciência astronômica até o século XVII. A respeito da física, possuía-se, inicialmente, idéias vagas e fragmentárias: mas com o conhecimento das obras de física de Aristóteles, o homem do Ocidente defronta-se com uma explicação coerente e detalhada do mundo e também com a primeira especulação antiga sobre a natureza (55), aparecendo com isso um novo universo aos olhos da jovem Europa (56); e ainda, por intermédio de Arquimedes, Herão e outros, foram conhecidas novas partes da física e da mecânica gregas. Grande desenvolvimento da zoologia, pois se antes se recorria quase que exclusivamente a Plínio, a partir dos inícios do século XIII passa-se a conhecer o célebre livro de Aristóteles sobre o reino animal. Como também da botânica, com novas noções encontradas em autores gregos e árabes. A alquimia começa a fazer progressos no século XII. E, encerrando, para a medicina iniciou-se nessa época uma nova era: novas conquistas — que tornaram insignificante o que a tradição tinha conservado da arte de curar dos antigos — surgiram com a tradução dos escritos de Hipócrates e de Galeno e com o conhecimento dos célebres mestres árabes, como por exemplo Avicena que, com o seu *Canon*, permanecerá ainda no século XVII como um autor fundamental dos estudos médicos (57).

E, por fim, o século XII conheceu ainda o renascimento do direito romano. Errôneo seria acreditar-se que o direito romano desapareceu com as invasões germânicas. Ao contrário, ou porque a população romanizada preponderava, numericamente, sobre a população germânica invasora, tornando assim impossível a absorção do elemento romano pelo elemento bárbaro (58), ou porque os germanos, a princípio, se estabeleceram no Império na qualidade de federados, conservando, no que diz respeito ao direito, a sua legislação própria ao lado da legislação romana (59), ou porque ainda, apesar de mais tarde terem sido rompidos os tratados da federação que

(55). — *Idem, ibidem*, p. 83.

(56). — *Idem, ibidem*, p. 83.

(57). — *Idem, ibidem*, p. 84.

(58). — Meynial, *Derecho Romano*, in *El Legado de la Edad Media*, Madrid, Ediciones Pegaso, 1950, p. 468.

(59). — Halphen, *Les Barbares*, Paris, Presses Universitaires de France, 1940, 4a. ed., p. 60.

submetiam os bárbaros, nominalmente, ao imperador, o direito germânico, por ser rudmenar, se revelava incapaz de regular as relações mais ativas e mais complexas da população romanizada que vivia nos reinos bárbaros do Império (60), o certo é que o direito romano sobreviveu. Sobreviveu, mas decaiu e decaiu de maneira tal que na época que se escondeu do século V ao século XII, o direito romano, acomodando-se ao nível da ignorância geral, reduziu-se a preceitos cada vez mais elementares e, na maioria dos casos, chegou inclusive a não ser inteligível (61), quando não assumiu a forma de um corpo de normas degeneradas (62). No século XII, entretanto, o direito romano conheceu o seu renascimento. E ele se deu na Itália. Por que na Itália? Em primeiro lugar, porque de todas as regiões da Europa ocidental, foi a Itália aquela que mais esteve em condições de preservar a civilização antiga e, com ela, um dos seus característicos mais importantes, ou seja, o direito romano (63). Em segundo lugar porque na Itália, sobretudo na Itália do Norte, não só houve a continuidade da vida municipal, herdada do mundo romano, como também suas cidades eram mais numerosas, mais populosas, mais prósperas e mais independentes do que em qualquer outra parte da Europa. Com tal potencialidade de vida urbana, não é de extranhar que todas as energias fossem absorvidas no interesse da vida política das cidades, compreendendo-se assim porque surgiu na sociedade comercial e política dessas cidades a preocupação pelo conhecimento fecundo, pela ciência aplicada à regulamentação da vida social. Ora, essa preocupação era satisfeita pelo renascido estudo dos monumentos da jurisprudência romana (64). Em terceiro e último lugar, porque a Itália foi o campo por excelência da luta entre o Sacerdócio e o Império. Embora essa luta tivesse sido, essencialmente, uma batalha de idéias, as questões em litígio assumiam uma forma constitucional e ambos os lados, no afã de sustentar as suas reivindicações, apelavam de preferência para a Antiguidade e para a autoridade, antes que para a razão abstrata, buscando consequentemente no direito romano a maior parte dos argumentos para a defesa dos seus respectivos ideais (65).

(60). — Meynial, *idem, ibidem*, p. 468.

(61). — *Idem, ibidem*, p. 469.

(62). — Vinogradoff, *Diritto Romano nell'Europa Medioevale*, Milão, Dott. A. Giuffrè, 1950, p. 18.

(63). — Hazeltine, *Roman and Canon Law in the Middle Ages*, in *Cambridge Medieval History*, V, p. 729-30.

(64). — Rashdall, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, Oxford, Oxford University Press, 1936, 2a. ed., I, p. 97.

(65). — *Idem, ibidem*, I, p. 98.

Duas etapas devemos considerar no renascimento do direito romano na Itália; a pré-bolonhesa e a bolonhesa. Na etapa pré-bolonhesa, também conhecida por *pré-irneriana*, o renascimento do direito romano se inicia nas localidades de Pavia e Ravena. Mas é na etapa bolonhesa ou *irneriana* que ele atinge uma posição de culminância (66). Por uma série de razões — protetorado da condessa Matilde, proteção imperial, favorabilidade da sua situação geográfica etc. — Bolonha, que já era famosa na Itália pela sua escola de artes, tornou-se a capital da ciência jurídica, no século XII, em pleno processo do renascimento do direito romano. Irnério, lecionando em Bolonha entre 1100-1130, foi o iniciador e o renovador dos estudos do direito romano: formou a sua escola, constituída dentre outros pelos famosos “quatro doutores”, Bulgarus, Martinus, Hugo e Jacó; os “quatro doutores” não só continuaram a obra de Irnério como também formaram numerosos discípulos e estes, por sua vez, acabaram difundindo o direito romano renascido para as mais diferentes regiões da Europa.

* * *

*

Vimos como o Renascimento urbano repercutiu nas transformações econômicas, sociais, políticas, religiosas e intelectuais da Europa do Ocidente no decorrer particularmente do século XII. Agora, e somente agora, visto que a organização escolar está intimamente vinculada ao contexto geral da civilização, é que estamos em condições de compreender as repercussões no aspecto pedagógico da cultura. Percorreremos um caminho que, iniciando-se com a escola comunal, passará pela escola eclesiástica e irá terminar na origem da Universidade.

Um novo tipo de escola surge como consequência do Renascimento urbano: as escolas comunais, nítido reflexo de uma cultura laica que nasce à margem da Igreja. Eram escolas burguesas, pois foram fundadas pelos conselhos municipais e com a finalidade de atender às necessidades da burguesia, particularmente àquelas relacionadas com o comércio: ler, escrever, calcular. Além disso, sua necessidade se fez sentir quando a burguesia das cidades tornou-se cada vez mais numerosa e as escolas eclesiásticas deixaram de estar em condições de atender à demanda de ensino da parte dos elementos mais jovens da nova classe (67). Foram assim criadas as esco-

(66). — *Idem, ibidem*, I, p. 107.

(67). — Schnürer, *op. cit.*, II, p. 538-9.

las comunais, as primeiras escolas láicas da Europa depois do fim da Antiguidade e, através delas, o ensino deixou de repartir os seus benefícios exclusivamente com os noviços dos mosteiros e com os futuros padres das paróquias (68).

O Renascimento urbano vai proporcionar também uma completa transformação em relação às escolas existentes, ou seja, as escolas eclesiásticas. Até então, com o domínio do agrarismo, porque era o mosteiro o foco da atividade intelectual, as escolas monásticas impuzeram incontestável supremacia sobre as escolas episcopais. Agora com o Renascimento urbano era o contrário que se dava: a referida supremacia se transferia para as escolas episcopais, o que quer dizer para as escolas caracteristicamente urbanas. Com isso, o Renascimento urbano impunha um verdadeiro deslocamento geográfico dos centros de cultura e de ensino, proporcionando a decadência da escola monástica e a ascensão da escola episcopal. Expliquemos tal decadência e tal ascensão.

A escola monástica preponderou até o século XI, sobretudo na chamada "idade beneditina" (do século IX ao século XI), época em que, a educação européia foi monopolizada pelos monges. Várias razões comprovam a preponderância da escola monástica sobre a escola episcopal: a primeira renascença da cultura antiga, que se processou através do Renascimento carolíngio, se fez, sob a direção pedagógica do monge Alcuino, nas e pelas escolas monásticas, que se constituíram não só no refúgio dos textos antigos e pagãos, como também na alma do movimento intelectual que abria ao Ocidente as fontes da civilização (69); na sua maioria eram monásticas as escolas que possuíam mais do que uma importância puramente local (70); os eclesiásticos esclarecidos do tempo foram educados nas escolas monásticas e quase todos eles eram monges (71); elas é que forneciam os professores para as escolas episcopais (72); e somente os mosteiros, os mais famosos, evidentemente, possuíam duas escolas distintas, a *schola interior claustris*, reservada aos monges e a *schola exterior*, aberta aos seculares (73).

O Renascimento urbano, porém, com as poderosas transformações a ele inerentes, irá se incumbir de arruinar a preponderância

(68). — Pirenne. *Les Villes et les Institutions urbaines*, I, p. 430.

(69). — Paré. Brunet, T'emblay, *op. cit.*, p. 40.

(70). — Rashdall, *op. cit.*, I, p. 29.

(71). — *Idem, ibidem*, I, p. 29.

(72). — *Idem, ibidem*, I, p. 29.

(73). — De Wulf, *op. cit.*, I, p. 57.

da escola monástica. Porque a prosperidade da instituição pedagógica irá acompanhar a prosperidade da “comuna”, as escolas episcopais, contrariamente às escolas monásticas, adequando-se àquelas transformações, verão transferidas para si a referida preponderância. Sob vários aspectos as escolas monásticas não puderam adaptar-se ao novo mundo que surgia, o mundo das cidades: 1.º). — tornaram-se cada vez menos frequentadas, abandonadas que foram ao seu isolamento rural (74), e em proveito das escolas episcopais que, no decorrer do século XII, erigem-se em verdadeiras escolas públicas e que, como estabelecimentos escolares, são as únicas que contam (75); 2.º). — passa a haver oposição entre a vida monástica e a nova vida intelectual que é cada vez mais urbanizada: as ciências e as letras tendem para a secularização e também para a obtenção da sua autonomia fora da “escola do serviço divino”, isto é, o mosteiro; os monges começam a considerar deslocadas em suas escolas as artes liberais, a poesia, o direito a medicina (76); a amplidão crescente da vida litúrgica restringe o tempo de estudo do monge cuja escola, fechando-se à curiosidade do mundo exterior, se transforma numa escola privada, isto é, “interna” (77); há ordens monásticas que, como a de Cluny por exemplo — esta, por princípio, procurava a solidão, a humildade e a penitência longe das cidades — excluíam o estudo propriamente dito do seu programa de atividades (78); recomendações severas foram feitas aos monges, insistindo que seu ofício não era o de ensinar (79), e sim o de pregar e implorar a graça divina (80); 3.º). — inferioridade da escola monástica em relação à escola episcopal no que se refere aos instrumentos do trabalho pedagógico: as bibliotecas dos mosteiros, ressentindo-se do torpor que passa a caracterizar o ensino das escolas monásticas, não procuram munir-se, devidamente, das “novidades” da produção literária (81), sendo ultrapassadas pelas das escolas episcopais, que se preocupam tanto com o uso do livro como com a posse de obras recentes; e a *reportatio*, o processo de apostilas que se propaga no aparelhamento escolar, e que a Universidade desenvolverá como instituição, foi uma iniciativa no século XII não da escola monástica e sim da escola episcopal (82).

(74). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 40.

(75). — Halphen, *Les Universités au XIII^e siècle*, in *À Travers l'histoire du Moyen Âge*, Paris, Presses Universitaires de France, 1950, p. 300.

(76). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 40.

(77). — *Idem, ibidem*, p. 40-1.

(78). — *Idem, ibidem*, p. 41.

(79). — *Idem, ibidem*, p. 43.

(80). — Halphen, *op. cit.*, p. 300.

(81). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 85.

(82). — *Idem, ibidem*, p. 92.

Enfim, as escolas episcopais, por estarem situadas nas cidades, conheceram os benefícios propagados pelo Renascimento urbano e que foram negados às escolas monásticas (83). Com isso, impregnadas de uma atmosfera mais conveniente para o estudo (84), tornaram-se os centros mais ativos do ensino (85). Nessas, no decorrer do século XII, se processou a renovação da cultura (86) e, como consequência delas, desenvolveram-se as Universidades...

* * *

Antes do aparecimento das Universidades as escolas monásticas e episcopais monopolizavam o ensino medieval. Eram escolas eminentemente técnicas, pois a sua finalidade era a de formar o eclesiástico. A escola monástica formava o padre regular e a escola episcopal formava o padre secular. Porque a finalidade era eclesiástica, a orientação dos estudos dessas escolas convergia para as ciências sagradas (87): o objetivo do seu ensino era habilitar o futuro eclesiástico a compreender e expor as Escrituras canônicas, os Padres da Igreja e outros escritos eclesiásticos (88). Compreensivelmente, o ensino das ciências era desleixado e quanto à filosofia evitava-se o mais que possível abordar os seus problemas essenciais (89). Enfim, o objetivo das duas escolas eclesiásticas era teológico, e o que realmente se ensinava nelas era a teologia. Todavia, para que o ensino teológico fosse mais facilmente compreendido, carecia-se de uma base preparatória — grau inferior ou inicial do ensino — e que era constituída pelo conjunto das chamadas “Artes Liberais”, herança da cultura antiga.

As artes liberais eram sete e se dividiam em dois grupos: *trivium* e *quadrivium*. O *trivium* era uma instrução elementar que compreendia a gramática, a retórica e a dialética; a gramática abrangia tanto o estudo dos gramáticos e dos autores clássicos quanto composições em latim sob forma de verso ou de prosa; a retórica consistia, inicialmente, na leitura e interpretação das *Institutiones oratoriae* de

(83). — *Idem, ibidem*, p. 23.

(84). — Thut, *The Story of Education (Philosophical and Historical Foundations)*, N. York, MacGraw-Hill Book Company, 1957, p. 190.

(85). — Haskins, *The Rise of Universities*, N. York, Great Seal Books, 1957, p. 12.

(86). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 52.

(87). — Irsay, *Histoire des Universités Françaises et Étrangères des origines à nos jours*, Paris, Éditions Auguste Picard, 1933, I, p. 36.

(88). — Rashdall, *op. cit.*, I, p. 34.

(89). — Halphen, *op. cit.*, p. 301.

Quintiliano ou do *De oratore* de Cícero e, a seguir, na imitação das *Catilinárias* e das *Verrinas*, também de Cícero, ou dos discursos que Tito Lívio colocava na boca dos seus heróis; e a dialética — que ocupava maior lugar no *trivium* — tinha em Aristóteles, Platão, Santo Agostinho e Boécio as suas grandes autoridades. O *quadrivium* era uma instrução de nível mais avançado, e se constituía da aritmética, da geometria, da astronomia e da música: Boécio, graças às traduções que fez de Nicômaco e de Euclides, era a grande autoridade da aritmética e da geometria. As duas principais disciplinas do *quadrivium*; a astronomia, da qual Macróbio, gramático romano do século V, era a grande autoridade, praticamente se reduzia ao conhecimento do *Cômputo*, ou cronologia da Igreja; e a música, cujo estudo estava relacionado com as cerimônias do culto, tinha a sua teoria reduzida à pequena herança da Antiguidade, concentrada sobretudo nas obras de Boécio e de Marciano.

Vimos como e porque a escola monástica preponderou no ensino medieval até o século XI. E vimos também a supremacia da escola monástica se transferir para a escola episcopal, melhor adaptada a se adequar às transformações culturais proporcionadas pelo Renascimento urbano do século XII e, conseqüentemente, em melhores condições de atender às novas necessidades de ordem pedagógica do que a escola monástica. No entanto, a supremacia da escola episcopal foi breve, pois logo ela será transferida para a Universidade, escola que era uma novidade como instituição pedagógica, mas cujo aparecimento se fazia inevitável, tal o alcance e a profundidade das transformações culturais. Explica-se.

O século XII, já observamos, foi, na opinião de Rashdall, a época da mais brilhante atividade intelectual que a Idade Média conheceu, ocasião em que, agora na opinião de Paré, Brunet, Tremblay, geração alguma se achou tão subitamente de posse de um tal peso de ciência, de pensamento, de cultura. Nele se operaram grandes transformações no campo da literatura, da filosofia e, particularmente, no campo da ciência e do direito romano. Tal progresso de ordem cultural dará origem a um movimento de estudos que irá ultrapassar o quadro estreito das escolas eclesiásticas (90), inclusive das episcopais. Necessitava assim, o Renascimento intelectual do século XII de uma nova escola: surge a Universidade (91). Os pro-

(90). — Bémont, Gaudemet..., *L'Empire Chrétien et ses destinées en Occident du XIe au XIIIe siècles*, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1944, p. 29.

(91). — Good, *A History of Western Education*, N. York, The Macmillan Company, 1960, p. 101.

gramas do *trivium* e do *quadrivium* deixam de estar em condições de abarcar as novas disciplinas que, cada vez mais, vão se destacando na sua especialização e que, cada vez mais também, necessitarão de um tratamento de nível superior. O conteúdo cultural cresceu muito mais do que o continente representado pelos programas das artes liberais que, agora, revelavam toda a sua estreiteza. Impõe-se, assim, a necessidade de novos programas, de novas escolas — faculdades, melhor dizendo — para a realização desses programas. Há necessidade enfim, da Universidade, ou seja, o conjunto dessas novas escolas ou faculdades. Se, como muito bem percebeu um historiador belga, os progressos da lógica, da aritmética, da geometria e da astronomia podiam, sem dificuldades, se inserir no *trivium* e no *quadrivium*, o mesmo não se dava em relação a outros ramos do saber que conheceram extraordinário desenvolvimento com o Renascimento intelectual do século XII: onde colocar os direitos canônico, romano, consuetudinário ou a medicina ou as ramificações filosóficas, que não a lógica, e como dar também sua justa parte a uma teologia em pleno progresso? A solução só poderia ser uma, a Universidade. A Universidade com suas faculdades de artes, de teologia, de decretos ou direitos e de medicina (92).

Mas a relação Cidade-Universidade não se fazia notar apenas na manifestação intelectual do Renascimento urbano do século XII. Ela era muito mais ampla pois, sob todos os aspectos, o nascimento da Universidade está estreitamente ligado ao movimento de urbanização (93). Vejamos, por exemplo, o processo originário das Universidades. Ele varia, conforme a região que se escolhe, mas a cidade, qual elemento constante, está sempre presente, não interessando se as Universidades surgiram espontaneamente (*ex-consuetudine*, como é o caso de Bolonha, Paris, Oxford, Montpellier, Pádua, Vercelli,

(92). — Génicot, *Les Lignes de Faite du Moyen Âge*, Tournai-Paris, Éditions Castenau, 1951, p. 246.

(93). — Irsay, *op. cit.*, I, p. 51. E H. G. Good assim se refere à essa mesma relação: "Al through Western history educational progress has been dependent upon industry, commerce, and urban prosperity. There are many more illustrations of this rule than exceptions to it. Today in the United States the great cities are also great educational centers. In Europe, likewise, the great capitals have long been famous for their universities and schools. So it was in the ancient world whose great schools and famous teachers were to be found in Athens, Antioch, and Alexandria, rather than in the provinces. The history of the Middle Ages proves the same truth. With the decline of urban life in the West, education also declined; and when cities rose again on the old sites or in new locations, schools became larger, more numerous, and better. The fact does not need any elaborate explanation. Schools must have students, funds, and cooperation, and all of these are more readily found in urban than in rural regions." (*Op. cit.*, p. 92).

Siena, Orleães, Cambridge, Valladolid, só para citar as mais importantes), ou foram fundadas pelas autoridades — papa, imperador ou rei (*ex-privilegio*, como é o caso, por exemplo, de Nápoles, Cúria Romana, Piacenza, Toulouse, Palência, Salamanca, Sevilha). Na Itália, a maioria das Universidades nasce das escolas urbanas (94): trata-se de um país que não conheceu, durante a Idade Média, a destruição da continuidade da sua vida urbana (95), e que no século XII estava bastante urbanizado e habuiguesado; sua cultura nunca foi, durante a chamada Idade das Trevas, um monopólio completo do clero como nos demais países da Europa (96), conservando, portanto, um caráter laico; e as Universidades que lá surgiram, originadas pelo Renascimento intelectual do século XII — este também, na Itália, não completamente vinculado à Igreja —, ainda que tivessem estreitas relações com a Igreja, como acontecia com todas as instituições medievais, podem ser consideradas no conjunto, não apenas escolas seculares, mas escolas laicas (97). Daí a vida universitária italiana apresentar um caráter laico contrastante com o caráter eclesiástico das Universidades do Norte da Europa. Nestas, do Norte da Europa — que tinham na Universidade de Paris o seu arquétipo mais nítido —, o aluno era visto mais como um clérigo, usava a tonsura e o hábito eclesiástico e o professor estava sujeito às restrições da vida eclesiástica, inclusive à obrigação do celibato (98). Já nas Universidades italianas, o aluno não era, necessariamente um clérigo, o professor era mais frequentemente um laico do que um eclesiástico (99). E daí se compreender também porque a preferência pelos estudos era diferente entre as duas regiões: no Norte, o Renascimento intelectual do século XII centralizou-se no ensino da teologia e da filosofia e a Universidade de Paris reservou para si o papel primordial desse tipo de ensino, eminentemente especulativo; na Itália, porque a sociedade comercial e política das suas cidades carecia mais de uma ciência aplicada (100), o direito romano foi ensino preferido, e que se desenvolveu, sobretudo, na Universidade de Bolonha.

O que acabamos de ver em relação à Itália, não significa contudo, que as Universidades dos demais países europeus não estives-

(94). — Schnüres, *op. cit.*, II, p. 542.

(95). — Rashdall, *op. cit.*, I, p. 94.

(96). — *Idem*, *The Medieval Universities*, in *Cambridge Medieval History*, VI, p. 560.

(97). — *Idem*, *ibidem*, VI, p. 560.

(98). — *Idem*, *ibidem*, VI, p. 560.

(99). — *Idem*, *ibidem*, VI, p. 560.

(100). — *Idem*, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, I, p. 97.

sem também vinculadas à cidade, no que se refere à sua origem. É preciso não esquecer nunca que, com o Renascimento urbano, a supremacia pedagógica, antes detida pelas escolas monásticas, transferiu-se para as escolas episcopais. Ora, as Universidades nada mais foram do que um prolongamento ou um resultado do crescimento das escolas episcopais, isto é, de escolas eminentemente urbanas. Parece não haver dúvida entre os historiadores quanto à essa maneira de encarar o nascimento das Universidades: Adamson afirma que a fundação das Universidades se deve não aos mosteiros e sim às igrejas catedrais (101); Irsay vê as Universidades como um prolongamento direito da evolução das escolas episcopais (102); Marrou refere-se às escolas episcopais como germes das Universidades medievais (103); Rashdall fala nas Universidades como consequência das escolas episcopais e não das escolas monásticas (104); e Paré, Brunet, Tremblay acham que as Universidades nada mais fizeram que ampliar e institucionalizar o sucesso das escolas episcopais, nos centros urbanos impregnados de liberdade e de progresso (105).

Também nas cidades vamos e devemos encontrar as condições que presidiram o nascimento das Universidades. Concentração demográfica, aparecimento da burguesia, classe interessada no direito romano, intensificação das relações contacto com civilizações as mais diversas e até então quase desconhecidas, concentração cultural etc., tais foram as condições, mas condições caracteristicamente urbanas, que proporcionaram o nascimento das Universidades. O mesmo se pode dizer em relação aos interesses, que eram religiosos ou laicos. Se religiosos, era a Igreja quem fundava Universidades, pois estava interessada em transformá-las em máquinas de guerra, em centros a serviço de

“verdadeira teocracia intelectual” (106),

de onde o papado fazia oposição não só ao ensino do direito romano, porquanto este, diferentemente do direito canônico, dava aos seus

(101). — *Enseñanza*, in *El Legado de la Edad Media*, p. 327.

(102). — *Op. cit.*, I, p. 46.

(103). — *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité*, Paris, Éditions du Seuil, 1950, 2a. ed., p. 159.

(104). — *The Medieval Universities*, in *Cambridge Medieval History*, VI, p. 559.

(105). — *Op. cit.*, p. 18.

(106). — Gilson, *La Philosophie au Moyen Âge*, I, p. 129, apud Pirenne, Cohen, Focillon, *op. cit.*, p. 257.

cultores a concepção de uma sociedade civil autônoma (107), como também fazia oposição, mais ainda, a física, a moral e a metafísica de Aristóteles, que proporcionavam à teologia um objeto mais vasto e ao espírito um horizonte mais largo (108). Se láicos, era o Estado quem tinha interesse em fundar Universidades, pois via nelas as instituições melhor aparelhadas para a formação de um funcionalismo competente e em condições de atender às necessidades da administração estatal e da política real. Dois interesses, portanto, encontramos nas origens das Universidades. Mas o que, importa, é constatar que foi com o Renascimento urbano do século XII, quando então a Igreja passou a estar ameaçada na sua ortodoxia e nos seus privilégios e o Estado passou a conhecer a sedentarização, laicização e complicação da sua máquina administrativa, que aqueles interesses se manifestaram.

E se considerarmos ainda que eram os magistrados mais importantes das cidades e os bispos — autoridades urbanas por excelência — aqueles que, embora não podendo fundar Universidades, frequentemente davam o impulso que levava à sua criação (109); que muito do prestígio da fama e da importância das Universidades como centros de cultura dependiam, em grande parte, das facilidades de acesso ou das vantagens de ordem geográfica inerentes à localização das cidades; que muito da importância política de certas Universidades, caso de Paris principalmente, era devido ao fato delas estarem situadas em grandes cidades; enfim, se levarmos tudo isso em conta, acreditamos poder concluir

“que as Universidades surgiram e viveram como uma instituição pedagógica condicionada pela cidade, envolvida pela cidade e explicada apenas pela cidade” (110).

(107). — Pirenne, Cohen, Focillon, *op. cit.*, p. 257.

(108). — *Idem, ibidem*, p. 257.

(109). — Schnüser, *op. cit.*, II, p. 542.

(110). — Janotti, *Condicionalismo sócio-cultural das origens do movimento universitário europeus a singularidade do caso português*, in *Revista de História*, São Paulo, 1970, nº 82, p. 321.